**ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO URBANO (CMDU) – BIÊNIO 2023-2025 – 27/11/2024**

Às nove horas e 30 minutos, do dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e quatro, foi realizada a 12ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU), biênio 2023-2025. Ressalta-se que às nove horas não havia quórum e, portanto, a reunião foi iniciada às nove horas e trinta minutos com os participantes presentes, em segunda chamada. Estavam presentes os membros relacionados na lista de presença anexa. O Sr. Presidente Arq. Glaucus Renzo Farinello (SEDURB) iniciou a reunião ordinária, agradecendo a presença de todos. A reunião foi desenvolvida com a seguinte pauta: 1. Aprovação da ata da 11ª Reunião Ordinária, previamente enviada por e-mail. Como não houve nenhuma manifestação, foi dispensada a sua leitura, sendo aprovada por unanimidade. Passando para o item 2, Propostas deliberadas na última Conferência Municipal de Habitação, o Sr. Presidente convidou a Arq. Renata Sioufi Fagundes dos Santos, do Órgão responsável pelo Desenvolvimento Urbano - SEDURB, para apresentar as propostas. Segue anexo a esta ata a apresentação. Passando para o item 3. Deliberação CAGIEC, processos 54776/2020-11 e 36061/2024-74, o Sr. Presidente convidou a Dra. Cibele da Silveira Knoll, para apresentar as deliberações. Segue anexo a esta ata a apresentação. O Sr. Presidente perguntou se todos estavam de acordo, não havendo nenhuma manifestação em contrário, as deliberações foram aprovadas por unanimidade. Passando para o item 4. Discussão do planejamento com as prioridades para 2025. O Sr. Presidente perguntou a todos os presentes se teremos reunião do Conselho em dezembro. Por unanimidade foi decidido não haver a reunião de dezembro, retomando em janeiro. O Sr. Presidente perguntou a todos se revisaremos o Plano Diretor durante o ano de 2025. Explicou que teremos muita demanda, muitas revisões de legislação, como planos e leis complementares. Explicou que, a Lei orgânica do município exige que o Plano Diretor seja revisto, em todas as mudanças de prefeito. Porém o Plano Diretor acabou de ser revisto, é um processo longo que foi aprovado em novembro de 2022. Sendo assim a proposta é enviar para a câmara de vereadores a proposição de não fazer a revisão em 2025. E deixaria essa revisão para o próximo prefeito, deixando como prioridade rever o Plano de Habitação, o Plano de Mobilidade e a Lei 528/2005 (que cuida da obrigatoriedade de ter vagas de estacionamento). A Lei 528 possivelmente pode ser incorporada ao PlanMob. A Sra. Sonia Maria Tavares da Luz, do Órgão responsável por Assuntos Metropolitanos – SAES, concorda com o Sr. Presidente. Ela observa ainda que alguns comércios não tem necessidade de ter tantas vagas de estacionamento. O Sr. Presidente explicou que a última revisão do PD desobrigou vagas de estacionamento para residência, mas as exigências para comercio permanecem. E em especial os comércios de bairro deveriam ser

dispensados. A Sra. Juliana Corrêa de Salles Gomes, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - CAU/SP, acha complexo, mas difícil decidir na reunião de hoje, que deveriam ter mais membros do conselho para votar e decidir. O Sr. Douglas Predo Mateus, da Consciência pela Cidadania - Conciadania, disse que talvez não fosse seguro para o prefeito não rever o plano, que seria omissão não atender a Lei Orgânica e não rever o Plano Diretor. O Sr. Presidente esclarece que pelo Estatuto das Cidades, existe a obrigatoriedade de rever o Plano Diretor no prazo de 10 anos. E que a ideia é desvincular essa revisão do início de governo. A Sra. Eliana dos Santos Mattar, do Órgão responsável por Assuntos Portuários – SEPORTE, explicou que nada impede de rever nos anos posteriores caso não seja revisto em 2025. Mais ninguém se opôs à sugestão. Então o Sr. Presidente explicou que ainda não é uma deliberação, que o assunto ainda será discutido. E que ainda será trazido um cronograma mais completo, para que se consiga discutir uma agenda de trabalho. A Sra. Adriana Lamogla Barbiéri Alcântara, do Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo, perguntou se existe algum plano para padronizar as calçadas. E evitar acidentes. O Sr. Presidente concorda plenamente. Explicou que participou dessa discussão no governo do Prefeito Paulo Alexandre Barbosa. Discutindo uma lei que padronizou a forma de fazer as calçadas. Determinando a inclinação, acesso de veículos, materiais e concordância entre as casas. Só que isso é a longo prazo. Mas que a responsabilidade da manutenção é dos municípios. Mesmo assim a Prefeitura tem feito muitas calçadas acessíveis seguindo o padrão. Como por exemplo as calçadas dos bairros da Aparecida, Estuário e Saboó. Explicou que a discussão do município assumir completamente a manutenção das calçadas, é uma discussão mais ampla e envolve a sociedade como um todo. Não havendo nenhuma outra manifestação, o Presidente Glaucus agradeceu a presença de todos e, como nada mais havia a ser tratado, às dez horas e trinta minutos, deu os trabalhos por encerrados. Eu, Gunther Graf Junior _____ lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será ao final subscrita pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Glaucus Renzo Farinello _____ presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.